

## **A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR**

Jairto Vitto Junior<sup>1</sup>

Ana Lúcia dos Santos de Lima<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Para termos uma compreensão mais aprofundada sobre o portador da Síndrome de Down dentro da escola regular, optou-se pela observação e análise de seu cotidiano, quanto melhor a criança for aceita pela família e pela comunidade, maior será o seu desenvolvimento. Este assunto procura fazer um trabalho de acordo com o desenvolvimento e aperfeiçoamento na formação do educando portador da Síndrome de Down desde seus passos iniciais a um ajustamento social. É importante a presença de um professor capacitado, fazendo o encaminhamento adequado com recursos e espaços físicos. O professor é o principal personagem para a formação de uma sociedade inclusiva. Sabemos que as dificuldades são grandes e que a falta de informação é maior ainda. O portador da Síndrome de Down não é um doente e devemos nos conscientizar que temos que perder o medo dessas crianças que tem a diferença estampada na face. Entendemos por inclusão o ato ou efeito de incluir.

**Palavras-chave:** Inclusão. Professores. Síndrome de Down.

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho está focado no tema “A inclusão da criança com Síndrome de Down no ensino regular”, pois se entende que o portador da Síndrome de Down é capaz de compreender suas limitações e conviver com suas dificuldades.

A criança com necessidades especiais, em nosso caso o portador de Síndrome de Down, que é uma anomalia genética, tem suas características próprias, seu processo de desenvolvimento é lento, mas se feito com carinho e atenção poderemos ter resultados fantásticos. Como todo ser humano dito “normal”, o portador da Síndrome de Down também tem suas diferenças e necessidades que em pouco tempo podem ser identificadas e atendidas, pelo menos em parte. Quando pensamos ou falamos em deficiências não podemos rotular esses indivíduos, porém, na maioria das vezes é o que acontece, isto porque a população de modo geral ainda sofre com a falta de informação.

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

<sup>2</sup> Especialista em Educação Especial. Mestre em Educação.

Hoje já encontramos escolas de ensino regular que atendem indivíduos portadores de alguma deficiência, sejam elas escolas municipais, estaduais ou particulares, mas também encontramos professores com muitas dúvidas e com dificuldades de realizar o seu trabalho de forma adequada.

O objetivo deste artigo é mostrar que o processo de inclusão necessita de muitos ajustes para que possa demonstrar uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma diferença ou necessidade especial. Além disso, esta integração assume a vantagem de existir interação entre crianças, procurando um desenvolvimento conjunto, com igualdade de oportunidades para todos e respeito à diversidade humana e cultural.

A escolha do tema está voltada para a inclusão, visto que o conceito de educação inclusiva ganhou destaque a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca. O artigo apresenta três capítulos, sendo que o primeiro discute a trajetória da Educação Especial, o segundo capítulo apresenta um breve histórico da Síndrome de Down, bem como suas características e o último capítulo trabalha a questão da inclusão das crianças com Síndrome de Down no ambiente escolar e familiar.

O aluno com Síndrome de Down é muito carinhoso, necessita de estimulação e paciência dos profissionais, para que desenvolvam suas potencialidades. No entanto, os profissionais que trabalham em sala de aula do ensino regular devem estar bem preparados para receberem esses indivíduos, receber constantemente auxílio, informações e acompanhamento devido. O professor é o grande mediador neste processo de inclusão.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **1. Trajetória da Educação Especial**

A Educação Especial destina-se aos portadores de necessidades educativas especiais, ou seja, todas as pessoas que precisam de métodos, recursos e procedimentos especiais durante o seu processo ensino-aprendizagem, indivíduos portadores de deficiência sensorial (auditiva e visual), deficiência motora, deficiência cognitiva, doenças crônicas, transtornos de personalidade, autismo, psicoses, Síndrome de Down,

inadaptação social dentre outras, que ao longo de nossa história foram tratados como doentes.

Na antiguidade não existia nenhum respeito pelo cidadão portador de necessidades especiais, ao contrário, eram tratados como total descaso e abandono, independente de sua deficiência, sendo ela física ou mental. Esses indivíduos viviam em condições subumanas, o que naturalmente os levavam ao abandono. Não existia nenhuma preocupação com a integração desses seres humanos. Segundo (BUSCAGLIA, 1993 apud GORDON, 1974, p. 21):

É a sociedade que cria os incapazes. Enquanto a maior parte das deficiências, é o produto do nascimento e de acidentes, o impacto debilitante na vida das pessoas freqüentemente não é resultado tanto da “deficiência” quanto da forma como os outros definem ou tratam os indivíduos. Encarceramos centenas de milhares de pessoas com necessidades especiais em instituições de custódia. Mesmo aqueles afortunados o bastante para receber serviços na comunidade em geral encontram-se em ambiente segregadores [...].

Na Idade Moderna quando surgiram as primeiras universidades, só eram permitidos ensinamentos da Igreja por teólogos e sacerdotes, e a dicotomia Deus-diabo estava muito presente no cotidiano das pessoas. Pensava-se que se alguém nascesse portador de alguma deficiência era castigo divino. E foi nesta época que os portadores de necessidades especiais escaparam do anonimato passando a ser acolhida em Igrejas sob a ambivalência da caridade. Eles eram obrigados a viver em asilos isolados da família, comunidades para esconder os incapazes, incômodos, inválidos.

A inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no ensino regular é garantida por lei; mas apesar disto, atualmente, cada vez mais as separações institucionais deixam de esperar pela fixação de indivíduos em espaços de integração. Pois a exclusão ocorre também através da “inclusão” no ensino regular. Segregados ou não em espaços fechados, esses indivíduos habitam o espaço de outra clausura que os saberes técnicos reservam para eles. Segundo a UNESCO (1994, p. 61),

[...] o princípio fundamental da escola inclusiva é o que todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferença que possa ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus educandos acomodando tanto estilos com ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parcerias com a comunidade [...].

Há muito que o homem se distingue de tudo mais no mundo pela palavra e pela ação. É fundamental, pois, a compreensão de que a inclusão e a integração de qualquer cidadão com necessidades especiais ou não são condicionadas pelo seu contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade.

Segundo Mazzotta (2005), buscando na história da educação informações sobre o atendimento educacional das pessoas com deficiências, pode-se constatar que, até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. O conceito das diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. A falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que as pessoas com deficiências fossem marginalizadas e ignoradas. A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como "imagem e semelhança de Deus", ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E, não sendo "parecidos com Deus", os portadores de deficiências (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana (MAZZOTA, 2005, p. 16).

## **2. Síndrome de Down: história e características**

A Síndrome de Down ou Trissomia do 21, conhecida também como mongolismo, é uma alteração associada a deficiência mental mais frequente do planeta.

A causa da Síndrome de Down pode ser chamada de simplesmente um erro ou acidente biológico. A criança tem um cromossomo extra nas células do seu organismo, a Trissomia do Cromossomo 21, é este cromossomo que produz as alterações no seu desenvolvimento físico e mental. A maioria dos portadores da Síndrome de Down possui três cromossomos 21 soltos em suas células, e assim possuem 47 cromossomos e se denomina "Trissomia Simples".

Este acidente cromossômico pode se dar no momento do desenvolvimento do óvulo ou do espermatozóide, ou na primeira divisão celular do ovo fertilizado. Por isso uma criança Down pode nascer de qualquer classe, de qualquer etnia, credo, independente de cuidados durante a gravidez.

Segundo Stratifort (1997, p.73),

muito foi escrito sobre a idade materna e Síndrome de Down, mas muito também se configura como folclore. Devo dizer inicialmente que a maioria das crianças com Síndrome de Down nascem de mães com idades entre dezenove e vinte e seis anos”. Porém considera-se que as mulheres com mais de 40 anos tem tendência a ter filho com anomalias cromossômicas, mas nesta faixa etária, as possibilidades de acontecer uma gestação, já são mais limitadas.

Como a maioria das mulheres que têm filhos é jovem, cerca de 80% das crianças com Síndrome de Down nascem de mulheres com menos de 35 anos. Mas a incidência da Síndrome de Down em mulheres mais velhas é maior. De cada 400 bebês nascidos de mães com mais de 35 anos, um tem Síndrome de Down.

As crianças com Síndrome de Down em geral tem características físicas peculiares, por exemplo: os cabelos podem ser normais, mas em geral são finos e hipopigmentados; lábios finos e fissuras que aumentam a prevalência e severidade com a idade; abertura das pálpebras inclinadas com a parte externa mais elevada; prega da pálpebra no canto dos olhos; prega única na palma das mãos, dentre outras.

Até os cinco anos o cérebro das crianças com Síndrome de Down, encontra-se anatomicamente similar ao de crianças normais, apresentando apenas alterações de peso, que nestas crianças encontra-se inferior a faixa de normalidade, que ocorre devido uma desaceleração do crescimento encefálico iniciado por volta dos três meses de idade.

Esta desaceleração encontra-se de forma mais acentuadas em meninas, onde observamos, também, frequentes alterações cardíacas e gastrintestinais. Schwartzman (1999, p. 47) relata que há algumas evidências de que durante o último trimestre de gestação existe uma lentificação no processo da neurogênese. Apesar da afirmação as alterações de crescimentos e estruturação das redes neurais após o nascimento são mais evidentes e estas se acentuam com o passar do tempo.

A Síndrome de Down é relativamente frequente, estima-se que nascem no Brasil por ano 8 mil crianças e que existem, entre crianças e adultos, mais de 100 mil brasileiros com Síndrome de Down, conforme Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais.

O nome “mongolismo” é devido a traços físicos das crianças que os tornam parecidos com os habitantes da Mongólia. O nome correto é Síndrome de Down. Síndrome é o conjunto de características que prejudica de algum modo o

desenvolvimento da pessoa. Down é o sobrenome do médico que descreveu a Síndrome no passado, por volta de 1866.

Hoje pessoas com Síndrome de Down têm apresentado avanços impressionantes e rompido muitas barreiras. Em todo o mundo, e também aqui no Brasil há pessoas com Síndrome de Down estudando, trabalhando, vivendo sozinhas, se casando e até chegando à universidade. A melhor forma de combater o preconceito é através da informação e da inclusão de TODAS as pessoas, na família, na escola, no mercado de trabalho e na comunidade.

### **3. Síndrome de Down e Educação Escolar: Inclusão e formação dos professores**

O discurso em torno da integração de portadores de necessidades especiais no ensino regular tem apresentado avanços, na prática excludente desses indivíduos ainda é muito presente em nossos dias.

Integrar não significa simplesmente colocar a criança numa escola regular, significa uma mudança de postura da escola, na forma de perceber este aluno e preparação sistemática do professor.

Quando nos reportamos à inclusão dos portadores de Síndrome de Down do ponto de vista do professor, nos deparamos com grandes dificuldades. O professor quer a criança como aluno mais não se sente capaz de se aproximar verdadeiramente dele. O professor tem medo, medo do desconhecido, do fracasso de não saber o que fazer dentro de uma sala com o aluno com necessidades especiais. Muitas vezes tudo o que a criança faz parece errado, inútil.

Falta envolvimento do professor, ele tem medo de perder o controle da sala e isto significa que não tem todas as respostas para controlar esta criança e, portanto, precisa de ajuda.

Às vezes o professor, sem querer, estereotipa o estudante e o trata com pena. Isso diminui a autoestima do portador de Síndrome de Down. O professor pode solicitar pesquisas, mostrar como é possível conviver com algum tipo de deficiência e ser bem sucedido, até ilustrar como grandes personalidades que não limitaram suas vidas por

causa de uma deficiência. E exemplos não faltam. Beethoven compôs sua nona sinfonia quando estava completamente surdo, a surdez não impediu o sucesso dele.

A mudança só acontece quando temos consciência da importância da transformação do nosso comportamento nas áreas da saúde e educação, com um assunto sobre o qual o nível de desinformação e de preconceito são gritantes por parte dos leigos e dos profissionais envolvidos.

Segundo Werneck (2000, p. 58)

Um folheto sobre educação inclusiva editado pela National Down Syndrome Society, uma associação americana de pais e de pessoas com Síndrome de Down, diz ser fundamental que familiares, profissionais e autoridades estudem os conceitos de escola inclusiva.

O professor como elemento mediador do processo ensino-aprendizagem é parte fundamental para a reformulação de um novo projeto pedagógico que atenda as diferenças individuais de cada um.

Diante de toda essa problemática percebemos o quanto é importante o atendimento especializado para os portadores de Síndrome de Down, pois só através de uma educação significativa estas crianças vão superar as dificuldades que vão surgindo. São capazes de realizar as atividades propostas, porém necessitam de alguns cuidados especiais como: atenção na área da saúde, o amor da família. O empenho e o carinho da família representam o primeiro passo para inclusão de uma pessoa portadora de necessidades especiais. Sem o apoio da família não há autoestima e sem autoestima os obstáculos podem parecer insuportáveis.

É necessário que pais, educadores e profissionais empenhem-se para realizar um trabalho que atenda as necessidades destes educandos, objetivando melhorar suas necessidades e potencialidades, ajudando-os a expandir seus horizontes.

A educação inclusiva vem se fortalecendo dentro de um ensino regular que pensa na melhoria da escolarização em todo o mundo.

A prática da inclusão não tem caminhos prontos, ela ocorre a partir da desconstrução das práticas excludentes.

A inclusão é uma ação humana e necessita de ações humanizadoras de toda a sociedade para sua efetivação.

### 3.1 Inclusão escolar do aluno Down

Educação integrada promove proposta satisfatória e objetivo de desenvolver habilidade de comunicação com os outros membros da comunidade. É também a educação que deve privilegiar o portador de necessidades especiais enquanto crianças ou adolescentes, mesmo em suas dificuldades, que devem ser educadas de maneira mais autônoma possível e com a máxima participação de todos os campos.

A convivência, o contato, a inter-relação com as outras crianças possibilita à criança com deficiência, enriquecimento de experiências, modelos comportamentais mais adequados, garantindo-lhes seu desenvolvimento.

Segundo Fonseca (1987, p. 16):

A integração é o combate mais adequado à institucionalização de deficiência e ao ceticismo e pessimismo educacional. A integração implica sempre um benefício imediato educacional e social para a criança pela integração no sistema educacional. Separar fisicamente escolas normais, de escolas especiais é uma aberração que se deve eliminar. Quando falamos de integração, no fundo queremos dizer interação, isto é, interação entre os deficientes e os não deficientes. Só quando se atingir uma interação constante entre os deficientes e os não deficientes se pode falar numa política de integração. Nenhuma razão humana e científica pode afirmar que a melhor educação dos deficientes passa pela separação dos não deficientes.

As escolas normais ou regulares devem aumentar as suas capacidades para identificarem e integrarem as crianças com Síndrome de Down. O sistema de ensino tem de dar lugar à qualidade de ensino. Os programas mais integrados e individualizados não são um luxo, são necessidades do movimento de integração (FONSECA, 1987, p. 23).

Na escola, deve-se defender a inclusão das crianças portadoras de necessidades especiais, e se entregar nesse ideal não como uma opção, mas como única saída para fazer valer os direitos constitucionais de todo cidadão, e como única saída contra a exclusão. Cada indivíduo é único e diferente, e por essas diferenciações se manifestam conforme suas experiências e aprendizagem.

A escola deve oportunizar e desenvolver habilidades que vem ao encontro principalmente dos educandos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem, segundo Vygotsky (1994, p. 107):

Portanto se alguém aprende a fazer bem uma única coisa, também será capaz de fazer bem outras coisas sem nenhuma relação, como resultado de alguma conexão secreta. Assume-se que as capacidades mentais funcionam



independentes do material com que elas operam, e que o desenvolvimento de uma capacidade promove o desenvolvimento de outras.

Não podemos inserir a criança na escola regular sem um acompanhamento. A criança ainda não tem preconceitos. Se a escola mostra que a sociedade é formada por pessoas diferentes, a criança acaba se tornando um cidadão mais consciente.

A inclusão deve ser vista através e um projeto coletivo, onde a escola tem que repensar sua prática a partir de relações dialógicas, envolvendo educadores, família e comunidade.

A presença da diferença em sala de aula enriquece o conhecimento das outras crianças e do professor, possibilitando a troca de experiências, permitindo ao portador de necessidades especiais que o seu desenvolvimento seja mais adequado e significativo.

### **3.2 A interação da família com a escola**

A relação escola x família deve ser estimulada, pois é muito importante que seja “falada a mesma língua”.

O aluno precisa desenvolver segurança para tomar suas atitudes e aceitar seus erros, além de críticas, por isso que o que ele desenvolve na escola deve ter continuidade no seu lar.

O comprometimento da família deve ser constante para acompanhar o aluno de forma sistemática em reuniões individuais e coletivas sempre que houver necessidade. Tudo deve ser esclarecido para os pais e o aluno, desde a sala onde o aluno frequentará as aulas, que passará por uma análise realizada pela equipe pedagógica em articulação com os professores, levando em consideração, entre outros fatores, a sua idade cronológica.

A classe deverá ser informada, além dos pais dos outros alunos, sobre o processo de inclusão, para que todos se sintam confortáveis, seguros, confiantes e realistas diante das novas possibilidades que irão surgir.

A ideia é que sejam promovidos encontros, seminários e palestras que visam gerar uma consciência crítica e cooperativa de todos os envolvidos no cotidiano escolar, envolvendo todos em uma única realidade, que é a inclusão.

A entrada da criança na pré-escola suscita nos pais temores ligados a sua adaptação e proteção, visto que ela sairia do seu ambiente e teria que enfrentar a "vida

como ela é" do lado de fora. Em contrapartida, sabemos que a entrada da criança com Síndrome de Down na educação infantil regular é muito positiva, principalmente quando a inclusão é bem feita, pois a sua socialização começa a se dar de maneira muito fluida. Por exemplo, ela terá que brigar pelos brinquedos e tentar se expressar nas mesmas condições das crianças consideradas "normais", e isto ajuda muito no seu desenvolvimento, principalmente no que diz respeito à cognição, à linguagem, às habilidades motoras e à socialização. Acreditamos que colocar uma criança com Síndrome de Down em uma escola regular é dar-lhe a mesma chance que todas as crianças têm de desenvolver o seu potencial cognitivo e sócio-afetivo.

O comportamento social da pessoa com Síndrome de Down é influenciado pelo ambiente, onde os resultados dessa interação podem limitar ou ampliar as oportunidades do seu desenvolvimento e de suas possibilidades de integração social.

Muitos aspectos da síndrome são conhecidos, mas algumas barreiras precisam ser rompidas. A aceitação e o preconceito da sociedade ainda existem, uma vez que os padrões estéticos e de produtividade são muito valorizados em nossos dias.

As tentativas de inclusão de crianças portadoras da Síndrome de Down em escolas regulares esbarram no despreparo dos profissionais e da não aceitação por parte de alguns pais, que se sentem incomodados com a presença de alguém "diferente" na companhia de seus filhos "perfeitos".

Hoje não se pode precisar até onde uma pessoa com Síndrome de Down pode chegar com sua autonomia, mas acredita-se que seu potencial é muito maior do que se considerava há alguns anos atrás.

Incluir significa oportunizar e habilitar essas crianças a realizarem todas as suas potencialidades, minimizando as inferioridades resultantes de suas dificuldades. A escola precisa trabalhar a aceitação da criança, incentivar sua independência através de elogios dando liberdade para que estas conquistem seu espaço e o respeito das outras pessoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa pesquisa veio nos conscientizar que tanto professor como sociedade ainda tem um grande caminho a galgar para a verdadeira inclusão dos portadores de Síndrome de Down, pois as dificuldades e o preconceito ainda existem.

Nessa pesquisa buscamos informações e constatamos que os portadores da Síndrome de Down apresentam algumas limitações, mas também muitas habilidades. Verificamos que eles trabalham, estudam, praticam esportes, levam uma vida normal e existe um grande número da população mundial empenhada em ajudá-los a defender suas causas com o objetivo principal da inclusão das crianças deficientes com as crianças ditas como normais.

No momento existe uma grande preocupação no meio educacional, pois evidencia-se uma certa carência em relação a especialistas, pessoas que se sintam capazes de realizar o trabalho de inclusão, pois só assim a criança portadora de Síndrome de Down terá uma aprendizagem real e será respeitada como ser humano. O nosso trabalho pela inclusão nas escolas é uma pequena parte, um exemplo do que pode ser feito a fim de resgatar a alegria e a valorização do indivíduo portador de necessidades especiais, como uma pessoa que têm direitos.

Ele existe, sente, pensa e cria, desta base nasce a necessidade de conferir-lhe as mesmas condições de realização e de aprendizado sócio-cultural, independente das limitações ou dificuldades que o ser humano manifesta.

O nosso maior objetivo é proporcionar a reflexão e novas práticas sobre a educação do aluno portador de Síndrome de Down, sua inclusão na vida escolar, família e sociedade. Para os pais, representa uma oportunidade de crescimento intelectual e social como ser humano. E para o educador um desafio a ser vencido.

## REFERÊNCIAS

BRASÍLIA. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação à Distância. **Deficiência mental. Deficiência física.** Brasília: Caderno da TV Escola; Educação Especial, 1998, 96p.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e Seus Pais.** Tradução: Raquel Mendes. 2. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

GUIMARÃES, Arthur. Inclusão que funciona. **Nova Escola: A revista do professor,** São Paulo, n. 165, p. 42-47, set. 2003.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil História e Políticas Públicas.** 5. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

RIBAS, João Batista Cintra. **O que são pessoas deficientes.** São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1985.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down.** São Paulo: Mackenzie, 1999.

STRATFORD, Brian. **Crescendo com a Síndrome de Down.** Tradução: Lucia Helena Reilly; Revisão: Viviane Veras; Revisão técnica: A. Fernando Ribeiro, Ulysses Moraes de Oliveira. Brasília: Corde, 1997.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente: o desenvolvimento os processos psicológicos superiores.** 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WERNECK, Claudia. **Muito prazer eu existo.** Rio de Janeiro: WVA, 1993.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva.** 2. Ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.